

Discurso novo-desenvolvimentista, governo neoliberal: o pt e o aprofundamento da dependência e da financeirização das relações sob o capital

New-development discourse, neo-liberal government: the PT and deepening dependence and the financialization of relations under capital

Discours nouveau développement, le gouvernement néo-libérale: la dépendance et la financiarisation des relations dans le cadre du capital PT et l'approfondissement

Allan Kenji Seki¹

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: Muito tem sido alardeado sobre um conjunto de políticas levadas a cabo pelo PT nos últimos dez anos que poderiam apontar para um novo desenvolvimentismo. Segundo a nossa perspectiva, não há traços desenvolvimentistas sem ruptura com a hegemonia do capital financeiro. A partir de uma revisão da literatura sobre as políticas de ajuste produtivo levadas a cabo pela mundialização das finanças, buscamos levantar os elementos para a compreensão do problema que nos permitem formular a hipótese de que o Governo Lula não dirigiu um tipo de desenvolvimentismo, senão como estratégia discursiva.

Palavras-chave: Neodesenvolvimentismo. Neoliberalismo. Governo Lula.

Abstract: Much has been publicized about a series of policies implemented by the PT in the last decade that could point to a new developmentalism. From our perspective, there is no developmentist traces without rupture with the financial capital's hegemony. From a review of the literature about the production adjustment undertaken by the globalization of finances, we seek to identify elements to understand the problem, that enable us to formulate the hypothesis that the Lula's government has not directed any type of neodevelopmentalism, except as a discursive strategy.

Keywords: Neodevelopmentism. Neoliberalism. Lula Government.

Résumé: On a beaucoup vanté sur un ensemble de politiques menées par le PT dans la dernière décennie qui pourrait pointer vers une neu-développementalisme. De notre point de vue il n'y a pas de développement sans rupture traits l'hégémonie du capital financier. D'après un examen de la littérature sur les politiques d'ajustement de la production réalisée par la mondialisation de la finance chercher à soulever les éléments pour comprendre le problème qui nous permettent de formuler l'hypothèse que le gouvernement Lula n'a pas réalisé un type de développementalisme, mais comme une stratégie discursive.

Mots-clés: Néo-developmentism. Le néolibéralisme. Gouvernement Lula.

¹ Psicólogo graduado na UFSC. Mestre na linha Educação, Estado e Políticas Públicas (PPGE/UFSC). Doutorado da linha Trabalho e Educação (PPGE/UFSC). Professor na Universidade Federal de Santa Catarina (MEN/CED/UFSC). E-mail: allanknj@gmail.com

Neoliberalismo, ou a passagem à hegemonia mundial do capital financeiro

O conceito de “neoliberalismo” se tornou comum a partir da década de 1990, sobretudo por parte da esquerda, para designar um conjunto de medidas e um projeto político-econômico que compõe o ajuste estrutural das economias sob o capital e que, no Brasil, se expressou com mais força a partir do governo Collor. Consideramos fundamental não perdemos de vista a ideia de ajuste estrutural, pois aquilo que denominamos por “neoliberalismo” não é menos que a resposta do capital diante da crise de expansão que sofreu após as três décadas de forte crescimento seguintes ao pós-guerra e, ao mesmo tempo, uma reação ao forte crescimento econômico experimentado pelas economias, do socialismo real, do século XX.

A combinação desses dois elementos demandou que o Capital oferecesse respostas tanto no plano de medidas macroeconômico como na reposição do projeto de hegemonia burguesa, de tal modo que pudesse garantir a retomada do ciclo de expansão dos capitais e conter as revoltas da classe trabalhadora – prevenindo, assim, o espraiamento das revoluções nacionais que expandiam as experiências socialistas reais. Tal resposta, como demonstra Paulani, tem a ver com a própria história intelectual de Hayek:

A história intelectual do neoliberalismo está diretamente ligada à história do economista e pensador austríaco Friedrich Hayek, nascido em Viena no último ano do século XIX e discípulo da chamada “escola austríaca” de pensamento econômico. A produção intelectual de Hayek até meados dos anos 1930, particularmente nos campos da teoria monetária e dos ciclos e da teoria do capital, foi marcada por seu apreço à ideia do equilíbrio e à importância que ele então conferia à teoria que o demonstrava [...] de que, deixados a si mesmos, os agentes econômicos conseguem, por meio dos sinais emitidos pelo sistema de preços, chegar a um estado em que não se verifica excesso de demanda em nenhum mercado (o excesso de oferta é entendido como um excesso de demanda negativo) e, portanto, a um estado em que todos os planos de venda e de compra são realizados com sucesso. A teoria que demonstra esse caráter virtuoso do mercado (já que ao final, todos estão sempre plenamente satisfeitos) é a neoclássica, tal como desenhada no início do século XX pelo economista inglês Alfred Marshall. (PAULANI, 2008, p. 106-107).

Ainda segundo Paulani (2008), Hayek muda de posição em meados dos anos 1930. Em um texto intitulado “*Economics and knowledge*” (1936), afirmaria que, ao tomar o indivíduo e seus comportamentos como dados *a priori*, a teoria neoclássica passa como pressuposto aquilo que deveria desenvolver: “[...] a ‘prova’ científica de que a sociedade de mercado consegue produzir o ótimo social [...]” (PAULANI, 2008, p. 108).

Hayek foi um dos principais personagens do debate sobre o “cálculo socialista”. Por meio de artigos, manteve sua divergência, ao lado de Ludwig von Mises, contra os economistas defensores do planejamento central, como Oskar Lange. O debate apresentava como tema central a possibilidade de uma economia não-organizada pelo mercado produzir o ótimo social.

O resultado desse debate foi trágico para alguém com as arraigadas convicções liberais de Hayek. Lange não apenas demonstrou que o cálculo racional era perfeitamente possível numa sociedade não regida pelo mercado, mas, pior que isso, utilizou como peça fundamental em sua argumentação a própria teoria neoclássica. Se, como esta advoga, o comportamento humano é plenamente previsível no que tange às questões materiais, ficava provado, assim raciocinou Lange, que o ótimo social podia ser conscientemente planejado, algo que Hayek não podia aceitar (PAULANI, 2008, p. 108).

Hayek, que lecionou até 1931 em Viena, passou à *London School of Economics*. Assim que lá adentrou, envolveu-se numa polêmica contra o *Treatise on Money*, de John Maynard Keynes:

Na contramão do que pensava Hayek, Keynes desenvolveu uma teoria para mostrar justamente que o mercado, deixado a si mesmo, poderia levar ao péssimo social, ou seja, trabalhar abaixo do nível de pleno emprego, produzindo recessão, desemprego e miséria por tempo indefinido, visto que não tinha condições de, sozinho, sair desse tipo de armadilha que seu próprio funcionamento montava. A enorme crise dos anos 1930, com todas as sequelas sociais que produziu, funcionou como aliada poderosa da vitória de Keynes nessa contenda teórica. Mas, para além da disputa meramente intelectual entre os dois, o que estava em jogo nesses tempos era o destino do mundo moderno (PAULANI, 2008, p. 109).

Após a segunda guerra, Hayek percebeu que o mundo caminhava ao estabelecimento de regulações extranacionais, com pesada intervenção estatal e com algumas concessões aos trabalhadores (para prevenir o avanço do socialismo real, que prosperava economicamente enquanto o capital enfrentava suas crises). “O acordo de Bretton Woods, o Estado keynesiano regulador de demanda efetiva e o Estado de bem-estar social foram a consumação dessas expectativas – e esse mundo não agradava nem um pouco a Hayek” (PAULANI, 2008, p. 109).

Em 1947, Hayek convoca os principais intelectuais conservadores (Lionel Robbins, Karl Popper, Ludwig von Mises, Milton Friedman) a se reunirem em torno de uma estratégia para enfrentar as regulações e o intervencionismo que predominavam.

Aí se fundou a Sociedade de Mont Pèlerin, uma espécie de franco-maçonomia neoliberal, altamente dedicada e organizada, com reuniões internacionais a cada dois anos. Seu propósito era combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro. As condições para este trabalho não eram de todo favoráveis, uma vez que o capitalismo avançado estava entrando numa longa fase de auge sem precedentes – sua idade de ouro –, apresentando o crescimento mais rápido da história, durante as décadas de 50 e 60. Por esta razão, não pareciam muito verossímeis os avisos neoliberais dos perigos que representavam qualquer regulação do mercado por parte do Estado. A polêmica contra a regulação social, no entanto, tem uma repercussão um pouco maior. Hayek e seus companheiros argumentavam que o novo igualitarismo (muito relativo, bem entendido) deste período, promovido pelo Estado de bem-estar, destruíria

a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos. Desafiando o consenso oficial da época, eles argumentavam que a desigualdade era um valor positivo – na realidade imprescindível em si –, pois disso precisavam as sociedades ocidentais. Esta mensagem permaneceu na teoria por mais ou menos 20 anos (ANDERSON, 1995, p. 11).

Tal estratégia não passaria pelo desenvolvimento de uma teoria econômica que pudesse ser usada como instrumento de demonstração da superioridade do mercado. Hayek passara seus últimos anos combatendo a teoria neoclássica.

Se não havia teoria econômica capaz de cumprir o papel ideológico que era necessário cumprir, tratava-se simplesmente de afirmar a crença no mercado, de reforçar a profissão de fé em suas inigualáveis virtudes. E para atingir o estágio em que o mercado seria o comandante indisputado de todas as instâncias do processo de reprodução material da sociedade era preciso: limitar o tamanho do Estado ao mínimo necessário para garantir as regras do jogo capitalista, evitando regulações desnecessários; segurar com mão de ferro os gastos do Estado, aumentando seu controle e impedindo problemas inflacionários; privatizar todas as empresas porventura existentes, impedindo o Estado de desempenhar o papel de produtor, por mais que se considerasse essencial e/ou estratégico determinado setor; e abrir completamente a economia, produzindo a concorrência necessária para que os produtores internos ganhassem em eficiência e competitividade. Com o passar do tempo, juntaram-se também a esse conjunto de prescrições regras de pilotagem de juros, câmbio e finanças públicas que, algo contraditoriamente transformaram a política econômica neoliberal numa *business administration* de Estado. (PAULANI, 2008, p. 110).

Apesar do disciplinamento dos membros desse grupo de intelectuais a serviço do capital, com periódicas reuniões, e o estabelecimento de trincheiras de pensamento, é com a chegada da crise do modelo de expansão do capital mantido no pós-guerra, em 1973 - que combinou baixas taxas de crescimento com elevação das taxas de inflação -, que os neoliberais passaram a ganhar terreno.

Embora a principal batalha de Hayek tenha sido travada contra o partido trabalhista inglês, e o papel desempenhado por Margaret Thatcher tenha sido fundamental expoente europeu na expansão do projeto neoliberal, a primeira experiência sistemática do projeto neoliberal ocorreu na América Latina, no Chile, sob a brutal ditadura de Pinochet.

O neoliberalismo chileno, bem entendido, pressupunha a abolição da democracia e a instalação de uma das mais cruéis ditaduras militares do pós-guerra. Mas a democracia em si mesma – como explicava incansavelmente Hayek – jamais havia sido um valor central do neoliberalismo. A liberdade e a democracia, explicava Hayek, podiam facilmente tornar-se incompatíveis, se a maioria democrática decidisse interferir com os direitos incondicionais de cada agente econômico de dispor de sua renda e de sua propriedade como quisesse. Nesse sentido, Friedman e Hayek podiam olhar com admiração a

experiência chilena, sem nenhuma inconsistência intelectual ou compromisso de seus princípios (ANDERSON, 1995, p. 16).

O motor do neoliberalismo é a resposta à crise ao final de três décadas (pós-guerra) de crescimento – ou “os anos de ouro do capitalismo”. Em meados de 1960, após duas décadas de crescimento elevado, que passou pela reconstrução da Europa e a industrialização da América Latina, caíram por terra as perspectivas de continuidade desse processo de acumulação (PAULANI, 2008).

Os capitais que operavam na Europa, principalmente os estadunidenses, partiram em busca de novas formas de valorização. A Europa, principalmente Londres, tornou-se o principal destino desses capitais. Seus bancos centrais viram-se com crescentes reservas de dólares, com sua parte relativa de ouro reduzindo-se rapidamente (JEFFERS, 2005).

Essa abundância de dólares favoreceu o desenvolvimento do mercado de eurodólares. Trata-se de depósitos bancários em dólares registrados nos bancos situados fora dos Estados Unidos e que circulam fora de seu território. Sua expansão, ligada ao déficit norte-americano, foi estimulada pela atitude dos bancos norte-americanos, que ofereciam taxas de juros pouco elevadas aos depositantes, mas exigiam taxas elevadas para os empréstimos. [...] Os eurodólares multiplicaram-se automaticamente pelo jogo de empréstimos em cadeia entre os grandes bancos privados internacionais. (JEFFERS, 2005, p. 156).

Nesse tempo, a economia estadunidense crescia aceleradamente e puxava o crescimento mundial. A guerra fria e o keynesianismo, predominante no pós-guerra, empurravam os Estados Unidos a uma política de elevado crescimento interno e de estímulo à expansão do capitalismo no mundo todo. Os Estados Unidos tinham de cumprir na economia mundial um duplo papel: sua hegemonia imperialista e o monopólio da produção do meio de pagamento internacional (PAULANI, 2008). Esse duplo papel estadunidense era insustentável:

[...] no primeiro papel tinham de estimular o crescimento interno e, com isso, a vitalidade do mundo capitalista; no segundo, tinham de frear seu crescimento, para impedir que o dólar se fragilizasse. Em outras palavras, pagavam um preço pela manutenção da hegemonia de sua moeda, pois a relação nominalmente fixa entre ouro e dólar estadunidense, que constituía a base do sistema concebido em Bretton Woods (por isso também conhecido por “padrão dólar-ouro”), retirava das autoridades estadunidenses preciosos graus de liberdade na condução de sua política econômica. A aceleração inflacionária do fim dos anos 1960, nos Estados Unidos, tornou patente a insustentabilidade dessa situação (PAULANI, 2008, p. 112-113).

O crescimento acelerado dos preços internos, combinado com a paridade dólar-ouro, valorizava a moeda estadunidense e aumentava a pressão sobre o governo, para que operasse um processo de desvalorização. Com isso, os setores americanos ficavam expostos à concorrência externa, e, principalmente, os crescentes déficits da balança comercial faziam aumentar

o passivo externo líquido dos Estados Unidos (dívida externa) e a rápida redução das reservas em ouro. A solução para esse impasse foi a ruptura dos Estados Unidos com o acordo Bretton Woods, no governo de Richard Nixon, desvinculando o dólar ao ouro. Passado o momento de tumulto gerado pela drástica mudança nas condições financeiras internacionais, os Estados Unidos completam sua imposição da moeda americana como produtores do meio de pagamento internacional, o que lhes permite garantir um respiradouro para a economia, com quedas aceleradas das taxas de lucros e, principalmente, mais um meio para garantir sua posição como principal polo imperialista.

Em 1971, os Estados Unidos e a economia mundial ainda cresciam, embora em ritmo muito menos que o experimentado no início dos trinta anos do pós-guerra. Tal crescimento em ritmo baixo combinava-se com a elevação da inflação estadunidense, com reduzidas taxas de juros nominais e reais em dólares e com o crescimento de uma forte estrutura especulativa e de crédito no circuito londrino (PAULANI, 2008). Em 1973, a crise do petróleo expôs a impossibilidade de manutenção do modelo dos trinta anos gloriosos. A rápida elevação dos principais insumos industriais, entre eles o petróleo, derrubam o crescimento da economia americana que lutava contra as evidências da crise ao longo de toda a última década.

A crise que se evidencia no período abre as comportas ao volume de capitais em busca de valorização financeira. Aos eurodólares acumulados no circuito londrino somam-se os dólares produzidos pela crise do petróleo e uma enorme onda de capitais que abandonavam as atividades produtivas diretas nos países centrais. Os bancos privados imediatamente tomaram partida, criando vasão para esses capitais nos países subdesenvolvidos:

Os bancos, com influência internacional, se associaram para reciclar esses eurodólares e petrodólares, emprestando maciçamente aos países do Sul, à Jugoslávia e aos países do Leste, dispostos a entrar na engrenagem da dívida externa. Entre 1970 e 1980, o montante da dívida contratada com os bancos internacionais multiplicou-se por 33, enquanto a dívida com as instituições financeiras multilaterais ou de outros Estados (dívida bilateral) multiplicou-se somente por cinco (JEFFERS, 2005, p. 156-157).

Os países da América Latina estiveram entre os principais tomadores de empréstimos e as primeiras vítimas a cair nas garras da “sanha rentista” (PAULANI, 2008). O imperialismo tomava a região brutalmente desde a direção política de seus processos de industrialização subalterna até o estabelecimento de regimes de ditaduras civis-militares. No cenário de profunda crise instalado, agora os capitais buscavam criar uma vez mais consumidores para o mercado de crédito, colocando em patamares superiores as tecnologias de dominação imperialista sobre aqueles povos, que agora viam-se diante da necessidade do endividamento para combater a crise recessiva internacional.

Claramente o volume de recursos pagos, na forma de serviços, das dívidas contraídas pelos países dependentes fez crescer exponencialmente o volume de capitais em busca de valorização financeira (PAULANI, 2008).

Foi esse acúmulo de capitais em busca de valorização financeira que levou a uma pressão crescente e a uma grita geral pela liberalização dos mercados financeiros e pela desregulamentação dos mercados de capitais. O modo de regulação do capitalismo, que funcionava no período anterior (aos anos dourados), não se adequava mais a um regime de acumulação que funcionava agora sob o império da valorização financeira. Volátil por natureza, logicamente desconectado da produção efetiva de riqueza material da sociedade, curto-prazista e rentista, o capital financeiro só funciona adequadamente se tiver liberdade de ir e vir, se não tiver de enfrentar, a cada passo de sua peregrinação à procura de valorização, regulamentos, normas e regras que limitem seus movimentos (PAULANI, 2008, p. 116).

Segundo Paulani (2008), além do modo de regulação, intensificou-se também a pressão pela elevação das taxas de juros, ou seja, pelo beneficiamento por meio do Estado dos credores. Juntamente com o prolongamento da crise recessiva, a elevação das taxas de juros comprime os salários em todo o mundo, acirrando os conflitos de classes e o tensionamento entre a burguesia e o Estado contra a classe trabalhadora.

O curso keynesiano do período anterior não servia mais. O estímulo à demanda agregada garantidor do pleno emprego, que implicava gastos públicos substantivos (com bens públicos e mecanismos de proteção social), não podia mais continuar, dada a crise que então se vivia e que atingia o próprio equilíbrio fiscal. Controlar os gastos do Estado aparecia também como a única saída para driblar a inflação que insistia em permanecer em níveis indesejados. Um desdobramento do mesmo mote é a pregação pela privatização de empresas estatais, que passam a aparecer como sorvedouros indevidos de dinheiro público. [...] Era preciso restringir o Estado a suas funções mínimas: diligenciar pela manutenção das regras que permitem o jogo capitalista e produzir os bens públicos por excelência, ou seja, justiça e segurança. Finalmente, a crise que comprimia as margens de lucro tinha de ser amenizada com a redução de gastos com pessoal e a flexibilização da força de trabalho, uma vez que as garantias sociais conferidas a esta última tornavam-se agora um custo insuportável e inadmissível (PAULANI, 2008, p. 118).

Paulani (2008) destaca que a essência do processo é, na realidade, o fato de que o processo de reprodução ampliada do capital se dá agora sob os imperativos da acumulação financeira. Portanto, trata-se não apenas das exigências neoliberais de redução do Estado ao mínimo, inexistência de proteção ao trabalho, abertura da economia, liberdade para o funcionamento do mercado, mas também de uma forma específica de pilotar o câmbio, os juros e as finanças públicas, de modo a remunerar o capital financeiro que alcança uma dimensão ímpar na história do capitalismo. O Estado muda de papel, ele não deve mais se incumbir de gerenciar a demanda agregada; deve, isso sim, garantir as condições de remuneração do capital hegemônico pelas finanças.

Paulani (2008, p. 121) cita como exemplo o processo brasileiro de privatizações, que começaria em 1990 e atingiria seu auge no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso.

O processo não apenas abriu espaço para a iniciativa privada no cobiçado terreno da prestação de serviços públicos, com amplo espaço para acumulação, mas também, em muitos casos, só pode se realizar com a apropriação de dinheiro público, principalmente, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A gestão neoliberal do Estado implica conduzi-lo como se fosse um negócio, mas o resultado é o inverso do que ocorre quando essa racionalidade é aplicada ao setor privado. Em vez do acúmulo de recursos e da reprodução ampliada do “capital público”, temos dilapidação dos recursos do Estado, encolhimento de seu tamanho, atrofiamento do espaço econômico público. Em uma palavra: espoliação. **Isso não quer dizer, no entanto, como já se tornou lugar-comum, que o Estado hoje seja fraco. Ao contrário, ele tem de ser extremamente forte, no limite violento, para conduzir os “negócios de Estado” da forma mais adequada possível para preservar e contemplar grupos de interesses específicos** (PAULANI, 2008, p. 121-122, negrito nosso).

É o fenômeno da financeirização do capital que demarca o período do neoliberalismo, com sua conseqüente centralização de capitais e mundialização da hegemonia financeira, mais que quaisquer características específicas que tal processo tenha desenrolado em cada país. A absoluta hegemonia do capital financeiro em si mesma não é outra coisa senão o desenvolvimento do Imperialismo. A tendência à reprodução ampliada do Capital, demanda, ao mesmo tempo, a centralização dos grandes capitais e a descentralização geoespacial dos custos. As conseqüências políticas e sociais dessa tendência podem ser encontradas na descrição do comportamento da economia estadunidense. A demanda imperativa por uma saída da crise, que descrevemos, ao fim dos “trinta anos gloriosos”, impôs uma resposta, a reestruturação do capitalismo, operada justamente pelo sujeito maior do Imperialismo, os Estados Unidos. Ao final da década de 1970, os efeitos dramáticos de uma década de queda tendencial das taxas de lucros ofereciam, ao mesmo tempo, a necessidade e os meios de satisfazê-la.

Mas a crise enfrentada na década de 1970 não se tratava de um fenômeno episódico, mas de uma crise estrutural, na qual o capitalismo demonstra sua incapacidade de seguir oferecendo ganhos de produtividade e taxas de lucros elevadas, pois esbarra em seus limites internos: os limites da expropriação da força de trabalho. Tal dinâmica altamente destrutiva do capital encontrou na mundialização das finanças um respiradouro que tão somente anuncia novos horizontes dramáticos ao proletariado, uma vez que, embora, no nível das aparências, o processo de acumulação do capital enuncie um divórcio entre o capital monetário e o capital produtivo (ou capital funcionante), extrator de mais-valor, sob a hegemonia do capital financeiro, tal divórcio inexistente, e, em essência, aponta para formas ainda mais complexas e dramáticas de expropriações, tendencialmente atingindo toda a população e o conjunto total dos meios de vida.

Particularidade no processo de financeirização brasileiro

No Brasil não havia Estado de bem-estar social para ser desmontado ou ainda uma política macroeconômica de tipo keynesiana para ser destronada. Contudo, o pacto de classes da ditadura civil-militar não foi capaz de garantir as condições de remuneração do capital, visto que, ao final da década de 1970 e início de 1980, a crise voltava a assolar a economia brasileira.

O pacto liberal da ditadura civil-militar, dirigido pelas frações industriais paulistas, seguia associado ao capital internacional, pondo em operação um tipo de industrialização voltado prioritariamente às exportações e sustentando o crescimento econômico com grandes volumes de empréstimos internacionais, que multiplicaram a dívida externa brasileira exponencialmente.

Tais volumes de entradas de capitais, na forma de empréstimos, respondiam diretamente ao grande volume de dólares disponíveis na década de 1970, como tratamos anteriormente, e que entraram no circuito da valorização financeira internacional.

Es cierto que pesaron para ello de modo determinante las condiciones creadas en la economía mundial por el choque petrolero de 1973, la retracción comercial y las grandes disponibilidades financieras resultantes de la recesión en los centros. Esas circunstancias, aunadas a la ideología del “Brasil potencia”, llevaron hasta el límite la promoción de exportaciones e hicieron también resucitar a la política de sustitución de importaciones, yuxtaponiéndolas en una fórmula híbrida, cuya principal consecuencia fue agravar la sangría de recursos del Estado en provecho del gran capital. Para sostener ese esquema, que configuró una verdadera economía de transferencia, se recurrió sin tapujos al financiamiento externo. (MARINI, 1992, p. 4)

Tal modelo de desenvolvimento apresentava limites estreitos, que culminaram na crise da dívida e às sucessivas crises econômicas experimentadas na década de 1980. Naquele momento a fração financeira do capital, dirigida sobretudo pela hegemonia internacional, compunha um capital de natureza claramente imperialista em busca de valorização. Enquanto as frações industriais, sobretudo aquelas sediadas em São Paulo, que até então haviam dirigido o projeto de desenvolvimento, buscavam meios de contornar a crise com reformas fiscais, tributárias e bancárias, o capital financeiro impunha brutalmente sua negativa. Estava exposta a dissolução da harmonia interna no bloco no poder.

A chegada do primeiro presidente eleito após a ditadura, Fernando Collor de Mello, marca o fincamento das raízes do discurso neoliberal no Brasil (PAULANI, 2008). A vitória de Collor nas eleições de 1989 contrariava os prognósticos eleitorais, porquanto se tratava de um candidato sem apoio da burguesia industrial, que dispersou seu suporte entre quatro ou cinco outros candidatos no primeiro turno (MARINI, 1992). No segundo turno, a disputa entre Lula da Silva e Collor de Melo forçou a burguesia a apoiar este último.

La amenaza que representaban los votos sumados de los dos candidatos de izquierda (24 millones contra los 17 millones obtenidos por Collor en la

primera vuelta) llevó al conjunto de la burguesía a darle a éste su apoyo. La unidad así lograda se reveló empero transitoria. Asumiendo la presidencia sin vínculos reales ni con la burguesía dominante ni con las fuerzas de izquierda, sin curriculum político y sin partido, el nuevo presidente se cercó de un ministerio inexpresivo y carente de experiencia, al tiempo en que ejercía la iniciativa política de manera compulsiva, espectacular y espasmódica, despertando recelos en las más diversas áreas. (MARINI, 1992, p. 6).

O discurso de Collor apontava para a desestatização da economia, transparência e austeridade nos gastos públicos, com forte pregação moralista de “caça aos marajás”. Passados os primeiros anos de governos civis eleitos diretamente, com “[...] sequestros de ativos, aproximação da hiperinflação, *impeachment* do presidente” (PAULANI, 2008, p. 132), o Plano Real forjava um alinhamento das frações de classe sob a hegemonia absoluta do capital financeiro.

[...] o então ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, embalado no sucesso do Plano Real, vence as eleições de 1994 (também contra Lula) e assume o governo federal no início de 1995 com o declarado projeto de “modernizar” o país, mais particularmente suas instituições. Esse princípio básico de seu projeto tomou a forma concreta de um ousado e ambicioso plano de privatizações e de uma abertura substancial da economia. Mas, com essas realizações, uma série de outras providências foram tomadas para transformar o Brasil numa economia financeiramente emergente, a começar da própria estabilização monetária, obtida no ano anterior (PAULANI, 2008, p. 132).

Por modernização e “economia financeiramente emergente”, devemos compreender o ajuste na posição do Brasil como plataforma de valorização financeira do capital internacional, que alcança outro momento do imperialismo, no qual o alinhamento das frações burguesas internas já não ofereceria mais qualquer resistência aos imperativos do capital imperialismo, ao contrário, seus interesses rentistas o colocariam na posição de sócios menores deste capital.

Do ponto de vista da financeirização do capital, o Brasil apresentava-se, ao final da década de 1980, com excessivas intervenções do Estado na economia, sobretudo nos setores produtivos. A Constituição de 1989 impunha uma série de direitos constitucionais que, embora mirrados do ponto de vista da classe trabalhadora, ainda assim contrariavam os ânimos da classe dominante. O ambiente de negócios também não era favorável, uma vez que o excesso de regulações e de taxações não permitiam a flexibilização necessária ao livre trânsito de capitais. As altas taxas de inflação acabavam por favorecer os contratantes de empréstimos, em detrimento dos credores, assim como as taxas de câmbio. Não havia suficientes mecanismos que comprometessem o comportamento político do governo em favor de mantê-los suficientemente comprometidos com o pagamento dos serviços das dívidas. E a classe trabalhadora oferecia sérios obstáculos em termos dos “excessivos” termos de proteção ao livre trânsito das contratações/demissões, mas sobretudo quanto à previdência pública – que, a contragosto do grande capital, este enorme nicho de mercado de baixo risco permanecia como monopólio do Estado.

Do governo Collor ao Governo Lula, esta agenda pode, em maior ou menor medida, pender aos interesses do grande capital.

Governo neoliberal ou desenvolvimentista?

Os vinte e um anos de ditadura civil-militar corroeram muito da capacidade de organização da classe trabalhadora. Findo aquele período, o Partido dos Trabalhadores despontava como a força organizadora das expectativas de transformações profundas e radicais no Brasil, ou ao menos, como um ambiente aberto às possibilidades de construção de um projeto da classe trabalhadora para a nação. No entanto, até mesmo essa última expectativa foi frustrada com a chegada de Lula da Silva à presidência da República em 2003. A política econômica adotada foi das mais conservadoras no rol de possibilidades.

A partir da ideia amplamente difundida, tanto pelas instituições do Estado quanto pela mídia, de que o Brasil estaria à beira do precipício em 2002-2003, o PT escolheu conscientemente sustentar o projeto neoliberal para o Brasil e aprofundá-lo drasticamente. Segundo Paulani (2008), havia dois pontos repetidos *ad nauseam* pela equipe de governo para sustentar o risco: a) a credibilidade do país, e nisso incluiu-se o risco de não pagamento do serviço da dívida (*default*), e b) o descontrole inflacionário.

A piora nas contas externas brasileiras de fato era uma herança de oito anos do governo FHC, resultado da massiva abertura externa e da elevação da dependência nacional nos setores estratégicos (como o de insumos básicos e bens de capital). Contribuiu, para tanto, a privatização das grandes estatais prestadoras de serviços públicos. O resultado não poderia ser outro:

[...] a balança de serviços é hoje muito mais pesada, por conta do aumento do déficit na balança de rendas, resultado inescapável da duplicação do passivo externo líquido do país. Além disso, agora muito mais do que antes, o crescimento do produto depende das importações (PAULANI, 2008, p. 22-23).

Contudo, esse é o componente estrutural que só poderia ser resolvido por meio da ruptura com o ciclo do capital dependente ou, ao menos, mediante o rompimento com políticas mais conservadoras nesse sentido, mas não, certamente, com maior aprofundamento das políticas monetaristas. Em meados de 1999, um componente conjuntural somava-se ao estrutural, produzindo um gigantesco déficit na balança de rendas, resultado de quatro anos e meio de moeda valorizada artificialmente. A economia brasileira reverberava o novo ciclo recessivo internacional, o que de fato poderia ser encarado como uma crise que colocara o Brasil à beira do precipício – ou seja, próximo à insolvência externa (PAULANI, 2008).

Depois de janeiro de 1999, o Brasil teve de recorrer ainda mais duas vezes ao FMI, ameaçado que estava de não honrar seus compromissos externos. A primeira delas foi em junho de 2001, quando o governo FHC, vendo cair por

terra suas expectativas quanto ao volume de recursos de investimentos externos diretos que o país receberia, decidiu preventivamente recorrer ao Fundo, obtendo US\$ 15 bilhões. A segunda vez foi precisamente em agosto de 2002, quando a turbulência eleitoral provocada pela liderança de Lula e pelo terrorismo que se fez em torno disso fez subir o risco-país, desvalorizou os títulos brasileiros no mercado externo e, em consequência, retraiu a entrada de recursos na balança de capitais. Foram então obtidos US\$ 30 bilhões, entre saques e postergação de pagamento ao próprio Fundo de valores referentes a empréstimos anteriores (PAULANI, 2008, p. 23).

Porém, o ajuste do câmbio parecia indicar a melhora do fator conjuntural, de forma que, do ponto de vista da economia burguesa, o cenário tenderia ao caminho certo. O alarde produzido pela “crise”, com a possibilidade da eleição de Lula da Silva no fim de 2002, e que justificara a tomada de dois novos acordos com o FMI, no montante de US\$ 45 bilhões (o terceiro em três anos), justificava-se precisamente nesse discurso de crise – amplamente difundido pelo governo e pela mídia e que justificava o aprofundamento do monetarismo, tanto pelo final do governo de FHC quanto, e principalmente, pelo governo Lula. O discurso de crise e de que o Brasil estaria à beira do abismo justificou a política econômica do primeiro mandato (AGÊNCIA BRASIL, 2002). Crise esta que foi desmistificada ao se analisar os dados sobre as reservas internacionais e o saldo da balança comercial no período.

Na realidade, em termos da política macroeconômica, o PT aprofundou o tripé neoliberal (inflação, câmbio, juros); intensificou a formação de superávits primários; desvalorizou o Real; elevou a taxa básica de juros; e manteve o regime de metas de inflação. O conjunto das políticas de distribuição de renda, e principalmente o sistema vinculado de aumento do salário mínimo ao INPC e ao PIB, melhoraram – relativamente – as condições de vida de 40 milhões de brasileiros, sem com isso alterar a estrutura da renda brasileira (rendas do capital/rendas do trabalho). O Governo petista soube trabalhar dentro das margens da política macroeconômica, distribuindo a massa de gordura, possibilitada pela brusca elevação no preço das *commodities* a partir de 2003. Mas esse modelo de apaziguamento do conflito de classes esgota-se tão logo o preço das *commodities* não possa mais manter seu patamar, deixando como legado o desenvolvimento de extensa infraestrutura de capital voltada unicamente à sua associação (na condição de sócio menor) ao capital internacional comprador de produtos primários. Ou seja, mesmo dentro dos parâmetros das economias burguesas, o aprofundamento da dependência brasileira, em sua inserção mundial, traria repercussões negativas de extensões impensáveis.

Do ponto de vista político, o PT concluiu reformas significativas no processo de reestruturação produtiva para ajustar-se ao cenário de mundialização das finanças. A reforma da previdência, os fundos de pensões, a privatização dos portos, aeroportos, estradas e hidrelétricas demonstram o papel histórico cumprido pelo PT, talvez o único sujeito político que, a partir de

2000, poderia ter aprofundado exponencialmente o ajuste estrutural do Brasil, transformando-o em plataforma de valorização financeira de um mundo em crise.

Muito tem sido alardeado sobre um conjunto de políticas levadas a cabo pelo PT nos últimos dez anos, que poderiam apontar para um novo desenvolvimentismo. Mesmo retomando o tipo de políticas de Estado Novo, Juscelinistas ou aquelas da ditadura civil-militar, não há traços desenvolvimentistas sem ruptura com a hegemonia do capital financeiro. A ilusão, talvez, seja uma nova aposta em que a fração industrial do capital seja novamente um sujeito passível de alinhamento aos interesses da classe trabalhadora. Nossa hipótese é a de inexistência de tal fração para si e em si. Seria, em nosso entendimento, preciso colocar em dúvida até mesmo se aquilo que chamamos de fração industrial do capital brasileiro não passaria de apenas mais uma encarnação do capital financeiro. Por outro lado, nenhuma política desenvolvimentista pode apontar horizontes razoáveis à classe trabalhadora brasileira. É como querer escolher quem segura a chibata: não se trata aqui de escolher quem expropria a classe, mas de acabar com as classes e o domínio do capital sobre o trabalho. Fora desse horizonte, não há saída possível.

Referências

AGÊNCIA BRASIL (Brasil) (Ed.). **Meirelles passa pela CAE prometendo manter política de Fraga no Governo Lula**. 2002. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2002-12-17/meirelles-passa-pela-cae-prometendo-manter-politica-de-fraga-no-governo-lula>>. Acesso em: 08 mar. 2014.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo A. A. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique. (orgs.). **Neoliberalismo y sectores dominantes**. Tendencias globales y experiencias nacionales. Basualdo, Eduardo M. & Arceo, Enrique. Buenos Aires: Clacso, 2006. p. 179-206.

JEFFERS, Esther. A posição da Europa na valorização mundial dos capitais de aplicação financeira. In: CHESNAIS, François (org). **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências**. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 153-174.

MARINI, Ruy Mauro. **El experimento neoliberal en Brasil**. 1992. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/025_experimento_neoliberal_es.htm>. Acesso em: 06 mar. 2014.

MARX, Karl. **O Capital**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. **O Capital**: crítica da economia política – Livro I, o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

PAULANI, Leda Maria. **Brasil Delivery**: servidão financeira e estado de emergência econômico. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. Capitalismo financeiro, estado de emergência econômico e hegemonia às avessas no Brasil. In: OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele. **Hegemonia às avessas**: economia, política e cultura na era de servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 109-136.